

A PERSPECTIVA DOS MULTILETRAMENTOS: A UTILIZAÇÃO DO ACERVO TECNOLÓGICO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Fátima Miliane Silva Maciel¹

Talita Melquiades da Silva²

Orientadora: Prof. Gabrielle Leite do Santos³

Resumo: Este artigo é um relato de estudo realizado em uma escola municipal da rede pública do semiárido potiguar, com o intuito de mostrar como os multiletramentos e os letramentos digitais (ROJO; MOURA, 2012) podem ser explorados para otimizar a educação de surdos, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme regulamenta a LDB (BRASIL, 1996). Considerando que a educação inclusiva (KASSAR, 1995) constitui um dos desafios dos nossos tempos, o presente trabalho tenta refletir sobre a atual educação de surdos (SANTOS, BORDAS, 2019), bem como o passado dessa história que gerou as condições de seu estado atual, além do papel da EJA na reparação de lacunas educacionais desse público e como as ferramentas digitais têm se mostrado um recurso didático valioso para essa área, uma vez que potencializam a exploração do aspecto visual, capital para a cultura surda. A metodologia do trabalho consiste em um estudo de caso realizado por meio da observação de duas aulas na sala da EJA na Escola Municipal Jonas Gurgel, localizada em Caraúbas-RN. É fator alarmante que muitos surdos acabam por abandonar a escola ou até mesmo não chegam a frequentá-la, por diversos fatores, desde questões culturais a questões estruturais das próprias escolas, como ausência de pessoal qualificado para promover a devida inclusão desse público. Tardamente, como forma de remediação, parte desses indivíduos procuram a EJA para se profissionalizar. A exploração dos multiletramentos, sobretudo por meio de recursos digitais, demonstrou ser uma forma de motivá-los a continuar nos estudos, de promover maior interação professor-alunos, permitindo-lhes abrir novos horizontes.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva; Educação de surdos; Multiletramentos; Estratégias didáticas; Recursos digitais.

INTRODUÇÃO

Os diversos problemas no sistema de educação básica nacional são um truísmo já desgastado por parte considerável da literatura da área nas últimas décadas, bem como a consequência iniludível de agravamento das desigualdades e da exclusão social: uma realidade ainda a ser superada. Esse trabalho busca esquivar-se à postura

¹ Graduanda do curso de licenciatura em Letras Libras da Ufersa, campus Caraúbas. Email: milianemaciell19@gmail.com.

² Graduanda do curso de licenciatura em Letras Libras da Ufersa, campus Caraúbas. E-Mail: talitamelquiades95@gmail.com.

³ Docente do Departamento de Letras e Ciências Humanas da Ufersa, campus Caraúbas. Email: gabrielle.leite@ufersa.edu.br.

pessimista que permeia parte desses trabalhos, na medida em que entende esse caminho como infundo (sempre poderemos melhorar) e objetiva evidenciar práticas que apresentam sucesso, apesar dos entraves que persistem na educação pública nacional, cuja superação é uma pauta constante de nossos movimentos e lutas. Parte da possibilidade de superação e do avanço nessa área, no entanto, está na compreensão realista de nosso desempenho e de políticas de educação, bem como na testagem, observação e fomentação de técnicas alternativas que têm obtido resultados positivos. Acreditamos que a publicização dessas práticas constitui fator relevante, na esperança de que elas possam ser testadas em outros lugares e grupos, promovendo mudanças do local para o global.

A partir disso, enfocamos aqui a educação de surdos, em específico na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tem-se constituído como área de interesse dos estudiosos em educação, sobretudo na atualidade, após legislações de garantia e incentivo de direitos dessa população e da observância de necessidades específicas para que a educação inclusiva seja efetiva.

A EJA, modalidade do sistema básico de educação no Brasil, foi instituída por volta de 1967, tendo como finalidade a qualificação de mão de obra para as grandes indústrias. O seu principal objetivo, enquanto política de educação, era inserir ou reinserir o aluno no mercado de trabalho, o qual por alguma razão não obteve êxito em ser assimilado ao grupo padrão desejado e foi privado ou excluído do sistema educacional regular (BRASIL, 1996). Seu surgimento se dá num cenário controverso de interesses econômicos e políticos, durante a ditadura militar, quando ainda chamava-se como o programa MOBREAL (BRASIL, 1968), hoje extinto, e nos chama atenção para o lugar da educação como uma ampla plataforma de formação e, segundo determinados interesses, também de conformação de realidades e mentes.

Por outro lado, o sujeito surdo foi e ainda é tratado por parte significativa da sociedade como incapaz, tendo sido negligenciado até pouco mais de uma década por políticas públicas e, aqui, enfatizamos principalmente a quase inexistência de políticas de educação específicas. Essa subestimação de suas capacidades resultou, por bastante tempo, em uma total ausência de espaços para esses sujeitos na escola ou em uma educação precária, inadequada, e conseqüentemente pouco eficiente.

Não é de se espantar que os surdos, embora ainda sejam um grupo pequeno na

escola, são, proporcionalmente, um dos com maior índice de evasão escolar: um quantitativo considerável não consegue concluir nem mesmo o ensino fundamental, por falta de recursos e profissionais especializados ou até mesmo pela indevida aquisição da sua língua natural (L1), que precisa ocorrer de maneira formal, e todas as dificuldades para progredir no aprendizado consequentes da dificuldade comunicativa. É um movimento lógico, então, que esse grupo constitui-se como público considerável na EJA.

Fazer uso das novas tecnologias, anunciadas como um imperativo para as práticas educacionais mais avançadas e, portanto, mais evoluídas, não define, empiricamente, que o processo de ensino-aprendizagem esteja de fato acontecendo. Sabemos que para a construção de aprendizagem significativa, outros fatores estão ali em jogo e negociação. Sinteticamente, não são as ferramentas, mas seu uso produtivo que determinam práticas eficientes. No entanto, estudos têm mostrado como a utilização de ferramentas digitais tem aberto oportunidades para mudanças significativas na educação de surdos, por possibilitar a exploração de recursos visuais e, portanto, incrementar a inclusão do sujeito surdo na escola e, conseqüentemente, na sociedade (cf. SOUSA, 2018; SILVA, 2019). Este, inclusive, parece ser um desafio dos nossos tempos: a educação inclusiva. Segundo Kassar (1995, p. 27):

A inclusão veio justamente ampliar as possibilidades para construir uma sociedade mais justa, dando oportunidades para todos, de ocuparem os seus espaços, buscando conquistar uma autonomia. É no entrelaçamento entre a educação geral, a educação especial e a proposta de educação para todos, em suas dimensões relacionadas às políticas públicas, à formação de professores e às práticas pedagógicas, que se inicia a discussão em torno dos desafios, das possibilidades e das ações para que o processo de inclusão educacional da pessoa com necessidades educacionais especiais seja implementado. O especial e o comum são vistos como dois problemas distintos, que vem disputando o mesmo espaço, o mesmo lugar físico: a escola pública.

Dentre essas possibilidades para a inclusão estão os multiletramentos, que acabam por constituir-se como aparato a ser observado por professores, pois interagem com estratégias pertinentes para ampliação do saber do aluno surdo já que “podemos entender multiletramentos como as práticas letradas que desenvolvemos socialmente e que incluem, (...), uma multiplicidade cultural e uma multiplicidade semiótica que constitui os textos em circulação.” (SILVA, 2019, p. 28). Como visto em uma entrevista

com Roxane Rojo para o Programa Pesco e Pnaic da SME Campinas (ROJO, 2019), os multiletramentos são a possibilidade de utilização de diversos recursos tecnológicos ou não em um mesmo contexto. Por exemplo, um professor de matemática explicar figuras geométricas espaciais e não utilizar somente textos/livros didáticos, mas também imagens 3D com o auxílio das ferramentas digitais, trabalhando assim vários letramentos dos alunos ao mesmo tempo.

O presente artigo tem como proposta analisar a exploração dos multiletramentos na educação de surdos na EJA, através de um estudo de caso focado nas percepções dos alunos quanto ao uso de tecnologia no ensino. Tem por objetivo geral analisar como os multiletramentos podem ser explorados na educação de alunos surdos na EJA dentro de uma perspectiva tecnológica e que contemple a cultura surda em uma escola pública na cidade de Caraúbas - RN. Propomo-nos assim a analisar os recursos tecnológicos e multiletrados em sala de aula na educação de surdos da EJA, como também, tentamos perceber o desenvolvimento dos alunos surdos a partir de metodologias que contemplem os multiletramentos.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso que é caracterizado por uma análise aprofundada sobre um determinado contexto, a qual permite um conhecimento minucioso, observando que existem outros cenários ainda não definidos que também precisam ser explorados, nos quais são utilizados métodos e propostas diferenciadas.

A seguir poderemos verificar como se deu início a educação dos surdos, a fundamentação da EJA, uma visão sobre multiletramentos e suas implicações na educação de surdos. Em seguida, relatamos o estudo de caso aqui abordado, com o intuito de observar as percepções dos alunos surdos sobre a utilização dos recursos digitais e dos multiletramentos no seu desenvolvimento educacional.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

A educação de surdos tem seu início marcado na Antiguidade, quando os povos romanos e gregos diziam que a fala era a expressão do pensamento, ou seja, só poderiam ter pensamentos cognitivos aqueles que se expressassem oralmente. Então, ao concluir que o surdo, por não falar, não pensava, foram criadas leis que os proibiram de frequentar lugares em que os ouvintes estivessem presentes, além de proibirem também

que estes sinalizassem.

Já na Idade Média, os povos nobres eram proibidos de casar com os plebeus e, por esse motivo, casavam-se com pessoas da sua família, gerando com alguma frequência filhos surdos. Os monges educavam os surdos nobres e, no final, conseguiram a integração deles na sociedade.

Na Idade Moderna, Ponce de Leon, que era um monge e, por fazer voto de silêncio, familiarizado com a comunicação não-verbal, teve a ideia de se comunicar com os surdos através de gestos, o que acabou ajudando os surdos da comunidade. Outro contribuinte foi Johan Conrad, que era médico na Suíça e desenvolveu o oralismo usando espelhos ou o tato no rosto, que será um ponto crucial na educação dos surdos, como veremos adiante. Outro padre, chamado Charles L'epée, ajudava os surdos voluntariamente e era chamado de “pai dos surdos”: ele lutava pelo reconhecimento da língua de sinais como língua materna dos surdos.

A educação dos surdos no Brasil teve início com a chegada da família real de D. Pedro II. Os surdos brasileiros aprenderam a língua de sinais francesa, com a ajuda de Huet, que aprendeu com L'epée, dando assim surgimento a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Huet pediu que D. Pedro II construísse uma escola para surdos, que atualmente se chama Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizada no Rio de Janeiro, fundada em 26 de setembro de 1857.

Porém, foi interrompido o ensino em língua de sinais no ano de 1911, após o Congresso de Milão, que foi um congresso mundial para deliberar sobre o melhor método a ser utilizado na educação de surdos. A partir deste momento, pelo resultado da deliberação, começou-se a utilizar o método oralismo que vigorou durante quase um século.

Depois de muita luta por parte da comunidade surda, foi permitido a utilização das línguas de sinais novamente. E, em 24 de abril de 2002, a comunidade surda brasileira obteve uma grande conquista, com o reconhecimento da Libras como língua materna dos surdos através da Lei Nº 10.436:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema

lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2^o Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

Com isso, após três anos, foi reconhecida a profissão de tradutor-intérprete de Libras, assim como foi garantido o ensino da Libras como disciplina obrigatória em graduações de licenciatura e fonoaudiologia, por meio do decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005). Assim, abriram-se portas para a graduação em Letras Libras.

Porém, a educação de surdos ainda tem muitas lacunas, pelo fato de ser recente e não dispor, em números suficientes, de profissionais capacitados para compreender o mundo do surdo. É preciso compreender que se esse sujeito avança em níveis escolares sem a fluência em linguagem desejada, são necessárias didáticas visuo-espaciais para retomar essa aquisição, ressaltando sempre que a Libras é o principal meio para que isso aconteça. Segundo Karnopp e Quadros (apud SANTOS; BORDAS, 2009. p. 59):

Se a criança chega na escola sem língua, é fundamental que o trabalho seja direcionado para a retomada do processo de aquisição da linguagem através de uma língua visual-espacial. É fundamental que os bebês tenham contato com pessoas que dominem a LIBRAS, preferencialmente, pessoas surdas. Garantir o acesso à língua de sinais é garantir a aquisição da linguagem [...] a criança surda precisa ter acesso à LIBRAS e interagir com várias pessoas que usam tal língua para constituir sua linguagem e sua identidade emocional e social. [...] Dominar a LIBRAS deve ser pressuposto para se pensar em processo educacional, pois a base de tal processo se dá através da interação linguística.

Infelizmente, ainda estamos longe desse ideal de ensino para surdos. O que acontece na prática é que nem todos os surdos chegam a estudar e, quando têm o privilégio de frequentar uma escola, recebem uma educação limitada. Por essa razão, muitos que desistem no meio do caminho, recorrem à EJA como uma esperança de serem ao menos alfabetizados e os professores dessa modalidade precisam ter jogo de cintura para manter o nível satisfatório de aprendizagem e interesse da sala, ao mesmo tempo em que buscam promover e aperfeiçoar a aquisição linguística desses sujeitos.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -EJA

EJA é uma modalidade de ensino que compõe os níveis da educação no país, sendo esta categoria disponível para os níveis de ensino fundamental I e II e ensino

médio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996), em seu artigo 37º § 1º, afirma que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996)

Os primeiros vestígios da educação de jovens e adultos confunde-se com a própria história da educação nacional, com a chegada dos portugueses que trouxeram consigo a Companhia Missionária de Jesus, com a intenção de catequizar e ensinar a língua portuguesa aos índios. Com a saída dos jesuítas do Brasil, a educação de jovens e adultos entra em colapso e, a partir deste momento, sem um sistema de educação pública e universal, o ensino passa a ser basicamente elitista: só recebiam educação as classes altas. Foi somente em 1934, com a criação do Plano Nacional da Educação, que se estruturou o primeiro programa educacional brasileiro, com um olhar diferenciado para a educação de jovens e adultos.

O início da década de 1960 foi marcada por vários movimentos educacionais, como o “Movimento de Educação de Base” (1961- CNBB), o Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), os Centros Populares de Cultura (UNE), a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal), que tinham como fundamento a ideologia freireana.

O período militar em 1964, em particular, foi intenso e representou um retrocesso para a educação, com o interesse notável no controle de classe. O governo militar que assumiu a dirigência do país, em resposta ao método libertário de Freire, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), em 1967, promovendo uma educação continuada e focada no ler e escrever, sem a o interesse no desenvolvimento das habilidades de construção e negociação de significado por meio da linguagem, que envolve o pensamento crítico. Esse programa durou todo o governo militar e persistiu ainda, após a redemocratização.

Após o fim do Mobral, em 1985, foram criados diversos programas no intuito de uma continuidade. Em 2003, o governo federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado, que visava erradicar o analfabetismo em até 4 anos. Porém, em 2004, com a mudança do Ministro da Educação, houve toda uma reformulação que comprometeu o prosseguimento do programa.

Percebemos em toda a nossa história a construção de um sistema de ensino instável e, por essa razão, ainda ineficiente em muitos aspectos: o país possui hoje, segundo Paula Ferreira (2019), 11,5 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetos (7% de analfabetismo).

OS MULTILETRAMENTOS

Com base no que foi relatado anteriormente, a maioria dos surdos possuem dificuldades para a aquisição da sua L1 que é a Libras. Isso acontece por muitos não serem expostos a língua desde bebê, como nós ouvintes somos expostos ao português. Entendemos a língua como uma prática social estabelecida pela necessidade dos sujeitos, em seus mais diversos usos. Partirmos da teoria do Círculo de Bakhtin para pensar língua, destacando a seguir cinco pontos sistematizados por Volochinov (2017), pensador do Círculo, que circunscrevem o que entendemos aqui por língua:

1. *A língua como sistema estável de formas normativamente idênticas é somente uma abstração científica, produtiva apenas diante de determinados objetivos práticos e teóricos. Essa abstração não é adequada à realidade concreta da língua.*
2. *A língua é um processo ininterrupto de formação, realizado por meio da interação sociodiscursiva dos falantes.*
3. *As leis de formação da língua não são de modo algum individuais e psicológicas, tampouco podem ser isoladas da atividade dos indivíduos falantes. As leis da formação da língua são leis sociológicas em sua essência.*
4. *A criação da língua não coincide com a criação artística ou com qualquer outra criação especificamente ideológica. No entanto, ao mesmo tempo, a criação linguística não pode ser compreendida sem considerar os sentidos e os valores ideológicos que a constituem. A formação da língua, como qualquer formação histórica, pode ser percebida como uma necessidade mecânica cega, porém também pode ser uma “necessidade livre” ao se tornar consciente e voluntária.*
5. *A estrutura do enunciado é uma estrutura puramente social. O enunciado, como tal, existe entre falantes. O ato discursivo individual (no sentido estrito da palavra “individual”) é um *contradictio in adjecto*. (VOLOCHINOV, 2017, p. 224-225).*

Com isso, tentamos ao máximo desconstruir a ideia de “método perfeito” para o ensino das línguas. A língua é uma prática social, então o ensino dela também deve ser entendido e praticado como tal. Não existe um modelo específico a ser seguido. Se faz necessário conhecer o nível linguístico daquele aluno para traçar metodologias que se amparem nos multiletramentos, aproveitando e considerando como ponto de partida tudo o que o alunado já conhece e vivencia para desenvolver a aquisição linguística,

levando sempre em consideração a L1 do mesmo. Não há lógica em ensinar ao surdo usando o português, por exemplo – a menos que seja para um indivíduo fluente em português, o que, considerando as dificuldades da educação de surdos já apresentadas, é uma raridade, uma vez que ele deve antes de tudo, desenvolver a L1, Libras e tornar-se fluente nela. Na sala da EJA, recorrer aos multiletramentos parece ser uma ferramenta produtiva, pois existem vários níveis e vivências diferentes em uma mesma sala, ao mesmo tempo em que o uso de tecnologias como o celular é bastante comum.

Os estudos sobre letramento iniciaram por volta dos anos 80, tendo como objetivo tentar fazer uma separação entre as pesquisas sobre o efeito social da escrita dos estudos relacionados à alfabetização. Isso porque as propostas rotineiras sobre educação, aprendizagem e escrita estavam sempre voltadas a competências individuais. De outra parte, o letramento objetivou o desenvolvimento social da escrita e encaminhou a sua expansão por volta do século XVI.

Segundo Rojo e Moura (2012), o conceito de multiletramentos se difere de letramentos por conter a multiplicidade cultural e semiótica. O termo multiletramento surgiu pela primeira vez em 1996, em que o grupo de pesquisadores de Nova Londres relataram a necessidade de uma pedagogia que incluísse os novos letramentos. Conforme relatam Rojo e Moura:

O conceito de multiletramentos – é bom enfatizar – aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbana, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica. (ROJO e MOURA, 2012, p. 4.)

Amparando-se nessa perspectiva, acreditamos que os multiletramentos são valiosos para desenvolver a aquisição linguística dos surdos, visto que não podemos restringir o aprendizado da língua a um fato isolado, ela é atrelada principalmente a nossa cultura. Atualmente a temática relacionada a direitos linguísticos vem ganhando espaço e visibilidade no país e no mundo. Isso porque é direito de todos os cidadãos, sejam eles surdos ou não, terem sistemas de ensino que garantam condições de comunicação e acesso à informação.

Em *Multiletramentos na escola* (ROJO, 2012), vemos que para se construir uma pedagogia em (multi)letramentos são necessárias novas ferramentas, além da escrita manual (papel, pena, lápis, caneta, giz, lousa) e impressora (tipográfica e imprensa).

Com isso, vale salientar que os traços primordiais do multiletramento são a comunicação e interação com o apoio de ferramentas/recursos, a fim de agregar/adaptar diversas realidades e culturas de forma atrativa. Rojo explana que a pedagogia do multiletramento deve ser prioridade, porque “os nossos alunos (as crianças e os jovens, do maternal à faculdade, como diz Penski) já lidam visivelmente com muito mais fluência do que nós, migrados, com novos dispositivos, tecnologias e ferramentas [...]” (ROJO, 2012. p. 26).

O letramento nada mais é que o processo pedagógico da aquisição e do desenvolvimento da capacidade da leitura, da interpretação de textos e da escrita em práticas sociais. Proporcionando ao indivíduo a cultivar e exercer suas práticas de leitura e escrita em diferentes cenários contextuais.

Qualquer indivíduo letrado digitalmente é capaz de realizar edições de fotos, vídeos e áudios; inserir ou reinserir textos, legendas, músicas em questão de segundos. Com tudo isso, diante de uma sociedade com fortes habilidades tecnológicas, é necessário novas ferramentas de áudio, vídeo, e tratamento da imagem em sala de aula. Daí que se utilizam os multiletramentos, que dizem respeito à conexão das várias modalidades de linguagem, focando na ampliação da importância dada à diversidade linguística e cultural em sala de aula, visando o aprendizado do aluno promovido pela internet na intenção de desenvolver as habilidades.

BREVE ESTUDO DE CASO

O presente trabalho foi realizado através de observações e estudo de caso na Escola Municipal Jonas Gurgel, localizada em Caraúbas-RN, cujos sujeitos atuantes desse cenário são a professora Tayara Bezerra, a intérprete de Libras Rosângela Araújo e os alunos da turma em questão. Ao todo são 22 alunos, em uma faixa etária de 18 a 53 anos. A turma é formada por 19 discentes ouvintes e os outros 3 surdos (Carlos, Francisco e Maria). O aluno Carlos Praxedes conhece a língua brasileira de sinais com fluência, diferentemente dos outros dois. Francisco Ferreira está desenvolvendo a cada dia mais, já que o mesmo frequenta a instituição há dois anos. No entanto, a aluna Maria não tem nenhum conhecimento relacionado a Libras devido ser recém chegada e atualmente está vivenciando seus primeiros contatos com a língua de sinais.

Na primeira aula, observou-se a utilização de recursos tecnológicos, ainda que a falta de preparo dos aparelhos tecnológicos tenha ocasionado um breve atraso da atividade realizada em sala de aula. Observamos que o ambiente era acolhedor e amigável, contextualizado em Libras, em que percebe-se ao redor cartazes e murais informativos baseados em vivências e aprendizado dos educandos. Com isso, a sala interage com a realidade de todos os discentes, sem excluir os surdos e incluindo os ouvintes na cultura surda, e, apesar da dificuldade em se trabalhar com múltiplas deficiências em um mesmo ambiente, a professora consegue fazer com que os demais sintam empatia e consigam socializar com eles, juntamente com o apoio da intérprete de Libras.

O primeiro dia observado foi uma quarta-feira, em que foi trabalhado a quarta literária, com diversos gêneros. O gênero observado foi música, notou-se que, apesar de ser algo da cultura ouvinte, os surdos não deixaram de participar e interagir. O estudo de caso foi realizado com foco em um aluno surdo, o Carlos, e no decorrer da aula é perceptível a interação e o desenvolvimento do aluno através do recurso tecnológico deixando-o mais à vontade e incluso, pois possibilitou o mesmo realizar a atividade de casa e de sala com maior êxito, por integrar, por meio da tecnologia, aspectos visuais à sua experiência com o gênero trabalhado.

A segunda observação aconteceu ao ar livre, em que as instituições do município foram convidadas para participar da inauguração do projeto "Geladeira Literária". O evento foi realizado em uma sexta-feira em uma das praças públicas do município de Caraúbas, tendo como organizador um artista local. O evento teve cobertura do intérprete de Libras.

Foi um evento riquíssimo em que foi possível vivenciar a imersão e equilíbrio entre diversas culturas. Todos que ali estavam eram convidados a fazer participações e intervenções, em forma de repente, música, poesia, trava línguas e literatura de cordel. O aluno surdo Carlos fez sua participação recitando um cordel em Libras. Foi um acontecimento ímpar, em que a inclusão se fez presente.

Havia um grupo significativo de pessoas que ali se fizeram presentes no instante em que o aluno Carlos recitou o cordel em Libras: aquele cenário foi crucial para a divulgação da cultura surda que é pouco conhecida pelos ouvintes. Muitos não conheciam ou nunca haviam tido contato com um indivíduo surdo e foi perceptível a

interação e a comunicação entre diferentes grupos, cada um vivenciando e aprimorando-se de conhecimentos de mundo, partilhando suas habilidades e agregando no conhecimento a ser adquirido pelo outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção do artigo foi a de mostrar a produtividade de práticas pedagógicas inclusivas e os benefícios das ferramentas tecnológicas na ampliação do saber, os impactos causados nos ouvintes que partilharam da mesma metodologia de ensino e a visibilidade cultural da língua adquirida através da inclusão dos estudantes surdos no cotidiano da escola. Mediante as mudanças ocorridas, devemos enxergar nossos discentes como os próprios protagonistas da sua aquisição de conhecimento e da sua formação de linguagem, sendo que eles são os produtores e os consumidores dos seus bens culturais, na utilização dos recursos que são as ferramentas tecnológicas. Tradicionalmente, as salas de aula eram espaços monológicos, e os alunos não tinham uma participação direta, permanecendo sempre calados. As salas de aula que pensam criticamente a educação, a partir de concepções de educação como a dos multiletramentos na escola, apresentam didática diferenciada e que despertam interesse dos educandos assim como a motivação, já que a ferramenta permite trabalhar com a realidade dos jovens que são nativos digitais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 01 jul. 2019.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 01 jul. 2019.

_____. **Decreto Nº 62.455, de 22 de Março de 1968:** Institui a fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Brasília, DF, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62455-22-marco-1968-403852-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

FERREIRA, Paula. **O Brasil ainda tem 11,3 milhões de analfabetos.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-113-milhoes-de-analfabetos-23745356>. Acessado em 20/07/2019

KASSAR, M. **Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais.** Campinas: Papyrus, 1995. P.27

ROJO, R.; MOURA, E. **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola, 2012.

ROJO, Roxane. **Multiletramentos.** Entrevista concedida ao Programa Pesco e Pnaic da SME de Campinas. São Paulo: 23 de mai. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iDu6TvO4svU&t=372s>. Acessado em: 01 jul. 2019

SANTOS, Adriana Dantas Wanderley dos; BORDAS, Miguel Angel Garcia. A educação do surdo e a pedagogia freiriana. In: Congresso Brasileiro Multidisciplinar De Educação Especial, 5., 2009, Londrina. **Anais...** . Londrina: Eduel, 2009. v. 5, p. 59 - 70. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/009.pdf> . Acesso em: 01 jul. 2019.



SILVA, Tércia Tamária da Costa. **Sites de rede social e multiletramentos: a aprendizagem de libras no Facebook.** 2019. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras Libras, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Caraúbas/RN, 2019.

SOUSA, Francisco Ebson Gomes. **As tecnologias digitais como instrumentos potencializadores no ensino de Língua Portuguesa para surdos.** 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino - Posensino, Universidade Federal Rural do Semiárido, Caraúbas/RN, 2018.

VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Editora 34, 2017.